PERFIL DO AGRESSOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CASOS NOTIFICADOS NOS CONSELHOS TUTELARES DE FEIRA DE SANTANA NOS ANOS DE 2014 A 2016

**Larissa Santana de Jesus¹; Jamilly de Oliveira Musse²; Gabrielly Dias Marques³
Daniela Pereira Portugal Souza⁴**

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: larissa.santana017@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: musse_jo@hotmail.com
3. Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: gabyennepa@hotmail.com
4. Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: danielaportugal@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: agressor, violência sexual, crianças e adolescentes.

INTRODUÇÃO

A existência da violência pode ser visualizada desde os primórdios da humanidade a nível mundial, ou seja, não trata-se de um acontecimento atual, mas histórico e complexo. Consequentemente, apesar de ser uma temática pautada em grandes discussões, continua sendo um grande desafio para a sociedade contemporânea (LEVISKY, 2010).

Ainda referente à dinâmica da violência, apresenta-se nas relações de múltiplas maneiras, pois a sua ocorrência é relacional e multicausal, considerando a complexidade das interações humanas (MINAYO, 2006). Dessa forma, tal fenômeno social pode acarretar diversas consequências biopsicossociais para a saúde dos indivíduos.

No que concerne a violência, diz respeito a toda qualquer ação (com ou sem o uso da força física) que defronte ao arbítrio do indivíduo a, geralmente, tem como característica o uso de coerção, opressão e intimidação, as quais transgridem os valores convencionados pela sociedade de direitos (TEIXEIRA-FILHO et al., 2013; COSTA, 2012).

No contexto brasileiro, os índices de violação dos direitos contra crianças e adolescentes são alarmantes. Consequentemente é provável concluir que esta população é vulnerável a diversas formas de violência, sendo as mais recorrentes: negligência, o trabalho precoce e a violência sexual (FONSECA et al., 2013).

No que tange a defesa de direitos desta população, o Estatuto da criança e adolescente – ECA estabelece que o Conselho Tutelar (CT) é o órgão que deve executar medidas para a proteção e garantia dos direitos na infância e adolescência, o CT compõe parte do Sistema de Garantia de Direitos, caracterizado na Resolução 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A violência sexual apresenta-se em duas formas distintas: intrafamiliar, quando acontece no contexto familiar, onde o agressor possui um vínculo parental com a vítima; já a extrafamiliar, trata-se de uma ocorrência fora do âmbito familiar, porém, via de regra, cometida por pessoas de confiança da vítima e de sua família (COSTA, 2012). Apesar disso, existem poucos estudos concernentes o perfil do perpetrador da violência sexual, o que corrobora com o cenário atual em termo de investimento em políticas públicas com o intuito de prevenir, minimizar ou erradicar tal violação.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Estudo epidemiológico descritivo acerca do perfil do agressor de violência sexual, com base em dados secundários, produzidos a partir das notificações de violência sexual efetuadas nos Conselhos Tutelares (I, II, III e IV) da cidade de Feira de Santana, nos anos de 2014 a 2016.

Quanto à coleta, os dados foram coletados dos prontuários de atendimentos de crianças e adolescentes na faixa de 0 a 18 anos, vítimas de violência sexual, a partir do uso de um formulário estruturado contendo as seguintes variáveis: local onde ocorreu a violência; e o tipo de violência sexual (sedução, estupro, incesto, pedofilia, pornografia, tráfico, outras); vínculo do agressor com a vítima (pai, mãe, padrasto, madrastra, irmãos, tios, avós, outros); sexo; idade; grau de instrução; ocupação; grau de consciência; tipo de intimidação e se houve vitimização por mais de um agressor. No tocante ao processamento dos dados, foi realizado através do programa estatístico Social Package for the Social Sciences – SPSS, versão 17.0 for Windows.

Esta pesquisa foi realizada por meio do vínculo com o projeto de pesquisa intitulado “Rede de proteção e prevenção da violência e garantia dos direitos humanos: integração Universidade e Sistemas de Segurança Pública, Atendimento e Defesa da infância, adolescência e juventude”, aprovado pelo Comitê de Ética da UEFS, sob protocolo de nº 143/10 (CAAE – 0118.0.059.000-10).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Conforme os registros dos Conselhos Tutelares I, II, III e IV, nos anos de 2014, 2015 e 2016 foram notificados o total de 193 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Feira de Santana. No que tange ao triênio (2014-2016) já citado, a quantidade de notificações por ano foram 71, 31 e 91 casos respectivamente totalizando 193 registros. Levando em consideração o tipo de violência sexual, percebe-se que 91,2% das violações foram caracterizadas enquanto abuso sexual e 8,8% de exploração sexual.

Nos achados deste estudo, quanto ao perfil do agressor (Tabela 02), verifica-se que o vínculo mais predominante do perpetrador com a vítima é o de conhecidos de familiares ou da vítima representado por 32,1%, mas aponta também que 5,2% dos perpetradores eram desconhecidos. Entretanto, no que se refere ao contexto intrafamiliar, houve hegemonia de 15% das agressões praticadas pelos padrastos da vítima, em seguida, 14% destas cometidas por pais, 5,2% dos casos foram perpetrados pelas mães e 17,6% por outros membros da família (primos (5,7%); Tios (8,3%) / Avós (1,5%) e irmão (2,1%).

Ao falar de violência intrafamiliar, também corroboram com a pesquisa de Teixeira-Filho et al (2013), onde há um destaque para a figura do pai e do padrasto como principais perpetradores dentro do âmbito familiar. Contudo, a agressão sexual intrafamiliar denota a perpetuação de um ciclo de violência duradoura que dificulta o rompimento deste e favorece a frequência de efeitos danosos para o sujeito, no âmbito psicológico, social e afim (COSTA; ROCHA; CAVALCANTE, 2018).

O fato do agressor, geralmente, está inserido no contexto familiar ou no meio de confiança da vítima, tem influência direta nas subnotificações dos casos, a repressão, a culpa e a vergonha atuam de tal forma que a deixa intimidada. Além disso, há a existência das ameaças aliadas ao receio de não acreditarem em sua versão e o medo de ser punido são fatores que dificultam a interrupção da violência (FUKUMOTO, CORVINO, NETO, 2011).

Concernente as características sociodemográficas dos agressores, conforme a amostra analisada, estes eram predominantemente do sexo masculino (77,2%) restando 10,4% feminino. Além disso, referente à faixa etária identificou-se que, dentre os 193 casos registrados, 5,2% dos perpetradores tinham idade de 12 a 18 anos, 3,1% de 0 a 11 anos e, por último, 1,5% dos vitimizadores apresentavam idade acima de 60 anos, contudo a quantidade mais expressiva acerca desta variável foi ignorada (76,2%). O contexto predominante da agressão é a casa da vítima (50,3%). No entanto, a maioria dos agressores eram conhecidos da família ou da vítima (32,1%).

Acerca do grau de instrução dos perpetradores, a 2,6% destes cursaram o ensino fundamental incompleto, superior incompleto (0,5%), não alfabetizado (0,5%) e 91,3% destes dados foram ignorados pelos conselheiros. Tangente a ocupação dos agressores a pesquisa

demonstra que pertenciam às seguintes profissões: estudantes (5,2%), autônomo (0,5%), cobrador (0,5%), motoboy (0,5%), motorista de transporte escolar (0,5%), comerciante (0,5%), servente (0,5%). Considerando os dados citados, o fato dos agressores estarem ativos no mercado de trabalho é apresentado também na pesquisa de Santos et al (2015).

Assim, quanto à caracterização do agressor sexual desta pesquisa, coaduna, em certa medida, com o estudo desenvolvido por Costa; Rocha; Cavalcante (2018), onde 97% dos agressores eram do sexo masculino e, predominantemente, com baixa escolaridade. No tocante ao grau de consciência do agressor, a maioria deles estava em estado normal (48,3%) seguido de 4,8% dos agressores estavam alcoolizados no momento da agressão, 7% fizeram uso de outras drogas e houve um caso específico cujo sujeito é acometido de transtornos mentais (0,5%).

Neste estudo constatou-se que, dentre as situações registradas prevaleceu a não vitimização por mais de um agressor (87%). Quanto ao tipo de intimidação utilizada para a manutenção da violência sexual, há a preeminência de 22,8% do uso da força física, o que diverge dos dados do estudo de Santos et al (2015), na mesma cidade, que constatou que principal tipo de intimidação, é sedução e ameaça.

Tabela 1: Perfil do agressor de violência sexual segundo dados dos Conselhos Tutelares, no período de 2014 a 2016. Feira de Santana, BA, Brasil.

Características do Agressor	Total	
	N	%
Vínculo do agressor com a vítima (n=193)		
Pai	27	14,0
Padrasto	30	15,5
Mãe	10	5,2
Outros familiares ¹	34	17,6
Conhecidos da família ou da vítima	63	32,1
Desconhecidos	10	5,2
Ignorado	19	10,4
Sexo do agressor (n=193)		
Masculino	149	77,2
Feminino	20	10,4
Ignorado	24	12,4
Faixa etária do agressor (n=193)		
0-11	06	3,1
12-18	10	5,2
19-59	27	14
60 +	03	1,5
Ignorado	147	76,2
Grau de Instrução (n=193)		
Não alfabetizado	01	0,5
Fundamental incompleto	05	2,6
Superior incompleto	01	0,5
Ignorado	186	96,4
Ocupação do agressor (n=193)		
Autônomo	1	0,5
Cobrador	1	0,5
Comerciante	1	0,5
Desempregado	1	0,5
Estudante	10	5,2
Moto boy	1	0,5
Motorista de transporte escolar	1	0,5
Servente	1	0,5
Ignorado	176	91,3

Grau de Consciência do agressor (n=197)

Normal	110	48,3
Alcoolizado	11	4,8
Drogado	16	7,0
Outro ²	01	14,0
Ignorado	59	25,9

Houve vitimização por mais de um agressor (n=193)

Sim	20	10,4
Não	168	87,0
Ignorado	05	2,6

Tipos de Intimidação (n=82)

Força física	44	22,8
Ameaça	36	18,6
Arma fogo/ ou Arma branca	02	1,0

¹ Outros familiares: outros familiares: Primos (5,7%); Tios (8,3%)/ Avós (1,5%); irmão (2,1%).

² Outro grau de consciência do agressor: Deficiente Mental (0,5%)

Tipos da violência sexual: tráfico (0,3%); voyverismo (0,3%); exibicionismo (0,7%); pedofilia (1,0%); pornografia (0,3%)

Quanto às formas de manifestação de contato, o estupro sem penetração (cariciais sexuais e atos libidinosos) foi o mais expressivo (n=69) e, na sequência, o estupro com penetração (n=39). Com relação ao perfil do agressor das violações supracitadas, 7,7% dos pais perpetradores cometeram estupros com penetração, no entanto, 20,6% dos casos foram perpetrados por padrastos, 5,1% por irmãos, 10,3% por tios, 5,1% por vizinhos, 51,1% por outros. Já quanto ao estupro sem penetração, das 69 ocorrências, 27,6% das agressões são praticadas por pais, 2,9% perpetradas por mães, 24,7% por padrastos, 1,5% por irmãos das vítimas, 11,6% dos tios, corresponde a 4,3% das agressões praticadas por avós, 4,3% por vizinhos e, por fim, 23,1% realizada pelos outros.

Vale ressaltar que, tendo em vista o total geral, observa-se que as agressões provenientes do pai e o padrasto são semelhantes no que refere-se à mesma quantidade de perpetração (14,4%), entretanto apresenta algumas diferenças que são patentes ao observar que, ao trata-se de estupro, com penetração o principal violador é o padrasto (20,6), já com relação ao estupro sem penetração, o pai ganha destaque (27,6%).

Tabela 2: Distribuição dos casos de violência sexual e o perfil do agressor segundo dados dos Conselhos Tutelares, no período de 2014 a 2016. Feira de Santana, BA, Brasil

¹ Adolescente (n=1), adolescente conhecido (n=2), amigo da mãe (n=1), colega da escola (n=4), conhecido da vítima (n=20), colegas da escola (n=1), criança conhecida (n=1), cunhado da vítima (n=3), desconhecido (n=10), dono da creche (n=1), ex companheiro da mãe (n=1), namorado da vítima (n=10), prima (n=2) e primo (n=9)

Tipos de violência	Estupro		Estupro s/penetração		Assédio		Exibicionismo		Voyeurismo		Sedução		Pedofilia		Pornografia		Exploração		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Agressores	3	7,7	19	27,6	-	-	-	-	-	-	2	25	-	-	-	-	5	31,3	29	19,4
Pai	-	-	2	2,9	4	40	1	10	-	-	-	-	-	-	-	-	3	18,8	10	6,8
Mãe	8	20,6	17	24,7	1	10	-	-	1	100	1	12,5	-	-	-	-	1	6,2	29	19,4
Padrasto	2	5,1	1	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6,2	4	2,7
Irmãos	4	10,3	8	11,6	-	-	-	-	-	-	2	25	-	-	-	-	-	-	14	4
Tios	-	-	3	4,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2
Avós	2	5,1	3	4,3	1	10	-	-	-	-	2	25	-	-	1	100	-	-	9	6
Vizinhos	20	51,2	16	23,1	4	40	1	50	-	-	1	12,5	3	100	-	-	6	37,5	51	34,3
Outros ¹	39	100	69	100	10	100	2	100	1	100	8	100	3	100	1	100	16	100	149	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período estudado, foram notificados 193 casos, a predominância de agressores do sexo masculino (77,2%); cerca de 5,2% dos perpetradores adolescentes (12 a 18 anos); com baixa escolaridade (2,6%); membros da família (59,7%); vizinhos e conhecidos (32,8%); cujo o grau de consciência do agressor normal foi considerado normal, ou seja, sem uso de substâncias psicoativas (48,3%); Em 87% dos casos não houve vitimização por mais de um agressor e o tipo de intimidação mais utilizado foi a força física (22,8%).

Tendo em vista os dados supracitados, o perfil de perpetração de violência sexual contra crianças e adolescentes indicam que a violência intrafamiliar é frequente, sendo que fato do agressor, geralmente, está inserido no contexto familiar ou no ciclo de confiança da vítima, isto tem influência direta nas subnotificações dos casos, pois a realidade é, provavelmente, mais que o dobro dos casos registrados no CT. Além disso, há a existência das ameaças aliadas ao receio de não acreditarem em sua versão e o medo de ser punido são fatores que dificultam a interrupção da violência.

Enfim, existem poucos estudos sobre agressor sexual, entretanto, é muito importante que este perfil seja conhecido para a criação de políticas públicas a fim de minimizar esse grande problema social. Para tanto, se faz necessário uma avanço que perpassa desde o processo de notificação da violência sexual a subsídios de políticas e programas de prevenção e enfrentamento social contra a violência sexual, desenvolvendo ações que sensibilize a família, escola, enfim, toda sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF
- MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2006.
- LEVISKY, D. L. Uma gota de esperança. ALMEIDA, M.G. B. **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 06-12, 2010.
- FUKUMOTO, A. E. C. G.; CORVINO, J. M.; NETO, J. O. Perfil dos agressores e das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Rev. Ciênc. Ext.** v.7, n. 2, p. 81, 2011.
- COSTA, M. C. O. **Diga não à violência sexual contra crianças e adolescentes no seu município**. Feira de Santana – BA: UEFS, 2012.
- FONSECA, F. F. et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013.
- TEIXEIRA-FILHO, F.S. et al. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 90-102, 2013.
- SANTOS, C. A.; COSTA, M.C.O.; AMARAL, M. T. R.; SOBRINHO, C. L. N.; MUSSE, J. O.; COSTA, A. M. Agressor sexual de crianças e adolescentes: análise de situações relacionadas à violação e vítimas. **Adolescência e Saúde**, v. 12, n. 3, p. 7-20, 2015.
- COSTA, L. P.; ROCHA, C. J. B.; CAVALCANTE, L. I. C. Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar. **Trends in Psychology**, v. 26, n. 1, p. 283-295, 2018.